

Senado avalia despoluição e tombamento

Relatório de Maurício Corrêa sobre limpeza do Paranoá pode esquentar debates

FOTOS: ADAUTO CRUZ

O tombamento urbanístico de Brasília e a despoluição do Lago Paranoá, dois temas que vêm causando grande polêmica no meio político e na comunidade científica ligada aos setores, serão tratados hoje em reuniões separadas da Comissão do Distrito Federal no Senado. A primeira, marcada para 10h30, dá início ao processo de discussão sobre o decreto do GDF nº 10.829, de 14 de outubro último, que prevê a preservação da conceção urbanística de Brasília. A segunda, prevista para começar às 15h, marca o último capítulo da novela de despoluição do Lago Paranoá.

O senador Maurício Corrêa (PDT/DF) vai apresentar amanhã o relatório das averiguações feitas pela Subcomissão da Caesb, criada no dia 22 de setembro, pela Comissão do DF no Senado, para apurar possíveis irregularidades na concorrência internacional 01/87, realizada pela própria Caesb, objetivando a despoluição do Lago Paranoá. Construído juntamente com a cidade de Brasília, o Lago serve como suporte de lazer e ainda proporciona maior umidade ao clima seco do Planalto Central.

Se aprovado o relatório de

Maurício Corrêa pelos cinco integrantes da Subcomissão — Pompeu de Souza (PMDB-DF), presidente, Maurício Corrêa (PDT-DF), relator; Edison Lobão (PFL-MA), Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e Saldanha Derzi (PMDB-MS) — este ainda terá que ser votado também na Comissão do DF. Se rejeitado, o relatório também subirá para a Comissão. Mas para ser arquivado.

TOMBAMENTO

Para a reunião da manhã, quando a Comissão do DF vai iniciar o processo de discussão do decreto do governador José Aparecido, que estabelece o tombamento do Plano Piloto de Brasília, além de todos os parlamentares que compõem a bancada do DF no Congresso, quatro outras personalidades foram convidadas: Carlos Magalhães, secretário de Viação e Obras; arquiteto Silvio Cavalcante, chefe do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF; arquiteta Briane Panitz Bicca, coordenadora do Grupo de Trabalho de Brasília; e o professor Frederico Hollanda, diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Peralva, espião em Paris

O governador José Aparecido poderá acompanhar em Paris o julgamento do processo formalizado pelo GDF junto à Unesco, no qual pede a declaração do Plano Piloto de Brasília como patrimônio cultural da humanidade. O pedido será analisado na semana que vem, entre os dias 7 e 12, durante reunião do comitê cultural da entidade.

A nova viagem do governador, porém, só será efetivada na hipótese de o processo do GDF sofrer ameaça de rejeição. Aparecido assinou ontem decreto nomeando o secretário do Trabalho, Marco Antônio Campanella, para assumir interinamente a pasta de Comunicação Social. O titular, jornalista Osvaldo Peralva, embarca hoje para Paris onde vai acompanhar o processo de tombamento de Brasília.

Osvaldo Peralva deverá fazer "avaliações de bastidores" sobre a tramitação do pedido formulado pelo GDF e repassá-las a Aparecido. A partir da análise do secretário, o governador decidirá sobre a oportunidade da

nova viagem. Aparecido anunciará há duas semanas, em entrevista coletiva, a disposição de não acompanhar pessoalmente na capital francesa o julgamento do pedido.

CONVITE

O governador convidou ontem o economista Ronaldo Paiva para presidir a nova Fundação Israel Pinheiro de Estudos Econômicos e Sociais criada com a desativação dos serviços de planejamento do Governo coordenados pela Codeplan. O convite foi anunciado durante visita às obras de erosão do Park Way (MSPW).

O governador disse também que ainda não se decidiu sobre quem sucederá o economista Leandro Amaral na presidência da Codeplan. Leandro — que é funcionário da Sepplan cedido ao GDF — demitiu-se do cargo durante a paralisação dos funcionários da estatal. Ele não concordou com os critérios de negociação do Governo com os grevistas e com a ocupação de áreas da empresa por tropas da Polícia Militar.

BETH MUNHOZ

Arquitetura será premiada

"A inscrição de Brasília como patrimônio cultural da humanidade representa o reconhecimento internacional, de nossa arquitetura e urbanismo como obras genuínas e autênticas. É como reconhecer sua personalidade, seu conteúdo simbólico e expressivo".

A declaração de Sílvio Cavalcante, diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, foi feita a propósito da inclusão da capital brasileira na relação de 300 localidades de todo o mundo eleitas pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco. A reunião, que decidirá sobre a inclusão de Brasília nesta relação, acontecerá a partir de segunda-feira, na sede do Comitê, em Paris.

Brasília, ou mais especificamente, o Plano Piloto, poderá ser eleita para integrar a lista, a exemplo de outras cidades brasileiras como Olinda, Ouro Preto, o centro de Salvador e as Missões do Rio Grande do Sul. E, para Sílvio Cavalcante, esta

conquista proporcionará benefícios de cooperação técnica nas questões de preservação, memória, história e monumentos. Além disso facilitará a aprovação de verbas de organismos internacionais como os bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, interessados na questão de preservação.

Sílvio Cavalcante assinalou que a inscrição da cidade como patrimônio cultural da humanidade não vai tirar do Brasil o direito de decidir sobre o que deve ou não ser alterado na cidade. O Comitê já possui cópias de instrumentos jurídicos, em vigor no País, capazes de garantir a preservação do bem cultural, no caso o Plano Piloto, determinando inclusive o período de duração. Este instrumento, além de assegurar que nenhuma alteração acontecerá de modo a mutilar a cidade, mostra que o Brasil está disposto e em condições de preservar a área.